

ÍNDICE

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO	17
1. As considerações introdutórias.....	17
2. A delimitação do tema e a terminologia adotada.....	22
CAPÍTULO II – CONCEITO DE ABUSO NO DIREITO INTERNACIONAL, EUROPEU E COMPARADO....	33
3. O conceito de abuso no Direito Internacional.....	33
4. O conceito de abuso no Direito Europeu	43
5. O conceito de abuso no Canadá e nos Estados Unidos da América.....	55
6. O artigo 38.º n.º 2 da Lei Geral Tributária.....	63
CAPÍTULO III – CONCEPTUALIZAÇÃO DO PLANEAMENTO FISCAL AGRESSIVO	67
7. A definição de planeamento fiscal agressivo adotada pela OCDE.....	67
8. A definição de planeamento fiscal agressivo adotada no âmbito da União Europeia	76
8.1. O contributo da Comissão Europeia	76
8.2. O contributo do Tribunal de Justiça da União Europeia	84
9. A definição de planeamento fiscal agressivo em Portugal...	92
9.1. O contributo do Decreto-lei n.º 29/2008 de 25 de fevereiro	93
9.2. O contributo da jurisprudência	97

CAPÍTULO IV – CONTRAPOSIÇÃO: PLANEAMENTO FISCAL AGRESSIVO VS. ABUSIVO		107
10.	O conceito de planeamento fiscal abusivo e o conceito de planeamento fiscal agressivo (síntese comparativa).....	107
11.	Os artigos 13.º e 15.º do Decreto-lei n.º 29/2008 de 25 de fevereiro.....	129
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES GERAIS E FINAIS..		141
12.	O planeamento fiscal agressivo como conceito de <i>Tax Morality</i>	141
13.	Os novos limites ao planeamento fiscal	159